

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA (FFM) |
INSTITUTO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO
(IRLM) - Contrato de Gestão processo
nº 001/0500/000.037/2015

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA (FFM) | INSTITUTO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO (IRLM) - Contrato de Gestão processo nº 001/0500/000.037/2015

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores da
Fundação Faculdade de Medicina (FFM) | Instituto de Reabilitação Lucy Montoro (IRLM) -
Contrato de Gestão processo nº 001/0500/000.037/2015
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Faculdade de Medicina (FFM) | Instituto de Reabilitação Lucy Montoro (IRLM) ("Instituto" ou "IRLM"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Faculdade de Medicina (FFM) | Instituto de Reabilitação Lucy Montoro (IRLM) em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do Instituto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 13 de março de 2019, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

O Instituto não possui personalidade jurídica própria, visto que a Fundação Faculdade de Medicina (FFM) é a responsável pela operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde do Instituto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis da FFM.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2020.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/0-8

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Victor Henrique Fortunato Ferreira'.

Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1 SP 223326/0-3

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA (FFM) | INSTITUTO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO (IRLM)

Contrato de Gestão processo nº 001/0500/000.037/2015

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2019	2018		Nota explicativa	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.988	4.569	Fornecedores	6	698	445
Estoques	-	348	271	Serviços de terceiros	7	603	681
Despesas antecipadas	-	4	5	Obrigações sociais e trabalhistas	8	2.429	2.285
Outras contas a receber	-	-	62	Obrigações fiscais	-	371	341
		<u>6.340</u>	<u>4.907</u>	Receitas diferidas	-	30	30
				Contas a pagar - FFM	-	50	-
Não circulante				Não circulante			
Depósitos recursais trabalhistas	-	20	18	Outras contas a pagar	-	<u>114</u>	<u>51</u>
Depósitos judiciais	-	382	-			<u>4.295</u>	<u>3.833</u>
Imobilizado				Imobilizado			
Intangível	5	2.782	2.978	Receitas diferidas	-	<u>386</u>	<u>270</u>
		<u>10</u>	<u>20</u>			<u>386</u>	<u>270</u>
		<u>3.194</u>	<u>3.016</u>	Patrimônio líquido			
				Superávit acumulado	10	<u>4.853</u>	<u>3.820</u>
					-	<u>4.853</u>	<u>3.820</u>
Total do ativo		<u><u>9.534</u></u>	<u><u>7.923</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>9.534</u></u>	<u><u>7.923</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA (FFM) | INSTITUTO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO (IRLM)

Contrato de Gestão processo nº 001/0500/000.037/2015

Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Receitas operacionais			
Contrato de gestão	11	41.059	38.716
Outras receitas	-	51	25
		<u>41.110</u>	<u>38.741</u>
Despesas operacionais			
Pessoal	12	(24.703)	(24.324)
Serviços profissionais	13	(7.715)	(7.390)
Materiais para consumo	14	(3.301)	(2.627)
Utilidades e serviços	-	(1.513)	(1.549)
Depreciações e amortizações	5	(431)	(445)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	9	(34)	-
Outras despesas	-	(2.714)	(4.105)
		<u>(40.411)</u>	<u>(40.440)</u>
(=) Superávit/(déficit) antes do resultado financeiro		<u>699</u>	<u>(1.699)</u>
Receitas financeiras	-	334	439
Resultado financeiro líquido		<u>334</u>	<u>439</u>
(=) Superávit/(déficit) do exercício		<u>1.033</u>	<u>(1.260)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA (FFM) | INSTITUTO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO (IRLM)

Contrato de Gestão processo nº 001/0500/000.037/2015

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
(=) Superávit/(déficit) do exercício	1.033	(1.260)
Total do resultado abrangente do exercício	1.033	(1.260)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA (FFM) | INSTITUTO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO (IRLM)

Contrato de Gestão processo nº 001/0500/000.037/2015

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Superávit/(déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.080	5.080
Déficit do exercício	(1.260)	(1.260)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.820	3.820
Superávit do exercício	1.033	1.033
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.853	4.853

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA (FFM) | INSTITUTO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO (IRLM)

Contrato de Gestão processo nº 001/0500/000.037/2015

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
(=) Superávit/(déficit) do exercício	1.033	(1.260)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciações e amortizações	431	445
Valor residual de imobilizado baixado	15	1
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	34	-
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Estoques	(77)	(73)
Despesas antecipadas	1	1
Outras contas a receber	62	(61)
Depósitos recursais trabalhistas	(36)	(10)
Depósitos judiciais	(382)	-
Fornecedores	253	-
Serviços de terceiros	(78)	18
Obrigações sociais e trabalhistas	144	69
Obrigações fiscais	30	28
Receitas diferidas	116	300
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	-	(20)
Outras contas a pagar	63	(8)
Caixa líquido das atividades operacionais	1.609	(570)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(240)	(479)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(240)	(479)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Contas a pagar FFM	50	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	50	-
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.419	(1.049)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.569	5.618
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5.988	4.569
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.419	(1.049)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Instituto de Reabilitação Lucy Montoro (“Instituto” ou “IRLM”), situado na Rua Jandiatuba, 580, Vila Andrade, São Paulo - SP, é uma unidade hospitalar especializada em reabilitação sem personalidade jurídica própria, dedicada ao atendimento de pacientes da rede pública de saúde (Sistema Único de Saúde - SUS). Foi inaugurado em setembro de 2009.

A Fundação Faculdade de Medicina (“Fundação” ou “FFM”), situada na Av. Rebouças, 381, Jardim Paulista, São Paulo - SP, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos reconhecida de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e qualificada como organização social de saúde em âmbito estadual e municipal.

A FFM é responsável pela operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde do IRLM por meio de contratos de gestão firmados com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES). A edição atual (processo nº 001/0500/000.037/2015), foi celebrada em 1º de setembro de 2015, e tem prazo de vigência de cinco anos.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2002, para entidades sem finalidades de lucros.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Fundação em 13 de março de 2020, e serão submetidas à apreciação do Conselho Curador da FFM, em reunião a ser realizada em data posterior.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação e também a sua moeda de apresentação.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Foram utilizadas estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações, incluindo os efeitos de estimativas com relação à recuperação de ativos, provisões necessárias para passivos contingentes e similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

2.6. Escopo das demonstrações contábeis

Estas demonstrações contábeis referem-se exclusivamente ao contrato de gestão do IRLM Processo nº 001/0500/000.037/2015, firmado em 1º de setembro de 2015, entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a FFM.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

2.7. Demonstrações contábeis da Fundação e do Instituto

As demonstrações contábeis do IRLM, além de apresentadas individualmente, são também incorporadas nas demonstrações contábeis da FFM, por ser a entidade jurídica responsável pela operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde do Instituto. Para esse efeito, sofrem as adaptações necessárias visando à aderência às práticas contábeis adotadas pela FFM para contratos de gestão, convênios, termos de cooperação e instrumentos similares, a saber:

- Ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados nas suas respectivas rubricas, sendo eliminadas, se houver, transações com partes relacionadas;
- O patrimônio líquido do IRLM é registrado diretamente no passivo circulante da FFM como saldo de projetos em execução;
- Os bens patrimoniais do IRLM são registrados em contas de compensação e não são demonstrados no ativo da FFM.

As tabelas a seguir demonstram a conciliação do patrimônio líquido do Instituto, contrato de gestão Processo nº 001/0500/000.037/2015, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, com o saldo de passivo contabilizado no balanço patrimonial da FFM e entre os resultados do IRLM e a movimentação informada pela FFM:

	2019	2018
Patrimônio líquido conforme demonstrações contábeis individuais do contrato de gestão do IRLM - Processo nº 001/0500/000.037/2015:	4.853	3.820
Exclusão de itens contabilizados no balanço patrimonial individual do Instituto, mas não apresentados no relatório da FFM		
(-) Imobilizado	(2.782)	(2.978)
(-) Intangível	(10)	(20)
Saldo contabilizado no passivo da FFM na conta "saldo de projetos em execução"	2.061	822

Conta	Relatório individual	Depreciações e amortizações	Total conforme relatório da FFM
Receitas operacionais	38.741	-	38.741
Despesas operacionais	(40.440)	445	(39.995)
Resultado financeiro	439	-	439
Resultado líquido de 2018	(1.260)	445	(815)
Receitas operacionais	41.110	0	41.110
Despesas operacionais	(40.411)	431	(39.980)
Resultado financeiro	334	0	334
Resultado líquido de 2019	1.033	431	1.464

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes, a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Ativos circulante e não circulante

Apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicáveis, as variações monetárias e os rendimentos auferidos.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Representados fundamentalmente por saldos em contas bancárias e aplicações financeiras, constituídos de títulos de alta liquidez, e com riscos insignificantes de mudanças de valor. Os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

3.3. Estoques

Apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.4. Ativo imobilizado e intangível

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e amortização acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Depreciação e amortização

A depreciação e amortização são calculadas sobre o valor depreciável e amortizável, respectivamente, que são os custos de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação e amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado e intangível.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	Taxas de depreciação e amortização - %	Taxas médias de depreciação e amortização - %
Máquinas e equipamentos	10 a 20	15
Computadores	14 a 20	17
Obras complementares	04	04
Móveis e utensílios	10 a 20	13
Instrumental clínico e cirúrgico	10	10
Intangível - softwares	20	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5. Instrumentos financeiros

3.5.1. Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Instituto tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, serviços de terceiros e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.5.2. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2019 e 2018, incluindo operações de hedge.

3.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para a deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.7. Passivo circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores conhecidos, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. As férias a pagar foram apuradas levando-se em consideração as férias proporcionais, por funcionário, acrescidas dos respectivos encargos sociais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

3.8. Critérios de apuração das receitas e despesas

A contabilização de receitas, custos e despesas é efetuada conforme seu período de competência. As receitas previstas no contrato de gestão, em face da sua característica de subvenção, são registradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistência governamentais.

3.9. Patrimônio líquido

Corresponde ao acervo líquido pertencente à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES) em decorrência do contrato de gestão com a FFM.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Aplicações financeiras (a)	5.988	4.569
	<u>5.988</u>	<u>4.569</u>

(a) Referem-se as aplicações em fundos abertos de investimento de renda fixa, lastreados principalmente em Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com taxa de remuneração pós-fixada em 2019 de 90,87% do CDI (91,68% em 2018), de liquidez imediata, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Imobilizado e intangível

Correspondem ao ativo imobilizado e intangível adquiridos pela FFM por força dos contratos de gestão atual e anterior.

	2019			2018		
	Custo	Deprec. acumulada	Valor líquido	Custo	Deprec. acumulada	Valor líquido
Imobilizado						
Máquinas e equipamentos	6.424	(4.220)	2.204	6.361	(3.943)	2.418
Computadores	583	(512)	71	595	(526)	69
Obras complementares	316	(90)	226	316	(77)	239
Móveis e utensílios	656	(380)	276	600	(351)	249
Instrumental clínico e cirúrgico	1	(1)	-	2	(2)	-
Imobilizações em andamento	5	-	5	3	-	3
	<u>7.985</u>	<u>(5.203)</u>	<u>2.782</u>	<u>7.877</u>	<u>(4.899)</u>	<u>2.978</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2019			2018		
	Custo	Amort. acumulada	Valor líquido	Custo	Amort. acumulada	Valor líquido
Intangível						
Softwares	55	(45)	10	55	(35)	20
	55	(45)	10	55	(35)	20

Movimentação do ativo imobilizado e intangível

	Líquido em 31/12/2018				Transferências	Líquido em 31/12/2019
	Adições	Baixas	Depreciações			
Máquinas e equipamentos	2.417	116	(7)	(324)	2	2.204
Computadores	69	36	(1)	(33)	-	71
Obras preliminares	239	-	-	(13)	-	226
Móveis e utensílios	250	75	(7)	(49)	7	276
Instrumental clínico e cirúrgico	-	1	-	(1)	-	-
Imobilizado em andamento	3	11	-	-	(9)	5
	<u>2.978</u>	<u>240</u>	<u>(15)</u>	<u>(421)</u>	<u>-</u>	<u>2.782</u>

	Líquido em 31/12/2018				Transferências	Líquido em 31/12/2019
	Adições	Baixas	Amortizações			
Software	-	-	-	(10)	-	10
	<u>20</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10)</u>	<u>-</u>	<u>10</u>

Bens adquiridos diretamente pela SES

Além dos bens cuja aquisição ocorreu através da FFM, integram o acervo patrimonial utilizado pelo IRLM bens adquiridos diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde (edifício no qual funciona o Instituto, equipamentos, mobiliários e diversos outros itens). Contudo, tendo em vista que a compra não ocorreu através da FFM, esses bens não são registrados contabilmente no ativo imobilizado do IRLM.

Termos de permissão de uso

Independente do processo de aquisição (através da FFM ou da SES), a autorização para uso de todos os bens patrimoniais empregados pelo IRLM é formalizada por "termos de permissão de uso", firmados pela Secretaria de Estado da Saúde com a FFM e válidos até o término do contrato de gestão. Resta pendente a cessão de uso do imóvel no qual opera o IRLM, cujo termo ainda não foi firmado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

6. Fornecedores

	2019	2018
Medicamentos e reagentes	265	56
Refeições hospitalares	248	55
Órteses, próteses e materiais especiais	66	67
Cestas básicas	29	34
Aquisições de ativos imobilizado	24	2
Outros	66	231
	<u>698</u>	<u>445</u>

7. Serviços de terceiros

	2019	2018
Vales refeição	236	248
Limpeza, conservação, zeladoria	83	92
Vigilância ou segurança	68	65
Energia elétrica	49	38
Aluguéis de equipamentos e correlatos	33	88
Outros	134	150
	<u>603</u>	<u>681</u>

8. Obrigações sociais e trabalhistas

	2019	2018
Férias e encargos sociais a pagar	2.112	1.983
FGTS a pagar	183	181
INSS a recolher	123	115
Salários a pagar	11	6
	<u>2.429</u>	<u>2.285</u>

9. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Corresponde ao montante provisionado em 31 de dezembro de 2019 e 2018, para eventuais perdas em processos trabalhistas e cíveis envolvendo o IRLM, compreendendo as ações cuja possibilidade de perda foi considerada provável pelos assessores jurídicos e pela Administração da FFM.

	2018	Adições	Reversões	2019
Ações trabalhistas	-	34	(31)	3
(-) Depósitos para garantia de juízo	-	(34)	31	(3)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

As ações cuja probabilidade de perda foi considerada como possível em 31 de dezembro de 2019, totalizaram R\$ 298 (R\$ 123 em 31 de dezembro de 2018).

10. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do contrato de gestão é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits e superávits apurados anualmente nas atividades do contrato de gestão.

Em caso de rescisão do contrato ou extinção/desqualificação da FFM, o patrimônio, legados, doações e excedentes financeiros do contrato de gestão serão destinados integralmente à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

11. Receitas operacionais - contrato de gestão

Referem-se ao montante pactuado em 2019 e 2018, junto à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo para custeio do IRLM, cujos valores e demais condições são estabelecidos no contrato de gestão processo nº 001/0500/000.037/2015 e aditivos. As verbas pactuadas em 2019 e 2018 foram, respectivamente, de R\$ 41.059 e R\$ 38.716, as quais foram integralmente repassadas.

Os repasses anuais são estabelecidos por termos de retificação. Para o período de janeiro a agosto de 2020, foi estabelecido o valor de R\$ 27.600.

Por força do Contrato de Gestão, o Instituto está obrigado a cumprir determinadas metas, havendo penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados, no caso de não cumprimento. Além disso, a FFM está sujeita à apresentação de prestações de contas regulares conforme determinações da Secretaria de Estado da Saúde. A prestação de contas referente ao exercício de 2019 será enviada em abril de 2020.

12. Pessoal

	2019	2018
Salários e ordenados	(20.107)	(19.920)
FGTS	(1.568)	(1.553)
Benefícios	(3.028)	(2.851)
	<u>(24.703)</u>	<u>(24.324)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

13. Serviços profissionais

	2019	2018
Limpeza e higienização	(2.576)	(2.727)
Manutenção	(1.628)	(1.587)
Técnicos administrativos	(1.035)	(717)
Segurança	(1.031)	(902)
Manutenção de sistemas	(599)	(456)
Outros	(846)	(1.001)
	<u>(7.715)</u>	<u>(7.390)</u>

14. Materiais para consumo

	2019	2018
Órteses, próteses e materiais especiais	(1.059)	(876)
Medicamentos	(886)	(671)
Materiais para uso em obras, reformas e manutenção	(374)	(230)
Materiais hospitalares em geral	(365)	(317)
Materiais para manutenção de equipamentos	(209)	(134)
Outros	(408)	(399)
	<u>(3.301)</u>	<u>(2.627)</u>

15. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o IRLM não possuía instrumentos financeiros derivativos. O IRLM está exposto a riscos normais de mercado, relacionados principalmente às variações do CDI relativo às aplicações financeiras. O valor classificado como aplicações financeiras encontra-se atualizado pelo método do custo amortizado até 31 de dezembro de 2019 e 2018, e corresponde, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

O IRLM está exposto, ainda, ao risco de crédito das instituições financeiras. O IRLM adota a política de efetuar suas aplicações financeiras em bancos de primeira linha, como meio de mitigar o risco de perda financeira.

	Valor contábil	
	2019	2018
Ativos financeiros		
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	5.988	4.569
Depósitos recursais trabalhistas	20	18
Depósitos judiciais	382	-
Passivos financeiros		
Outros passivos		
Fornecedores	698	445
Serviços de terceiros	603	681

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “ não derivativos”

Todos os ativos financeiros “ não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Instituto, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis.

São três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- Nível 3 - informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019, o Instituto está sujeito aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

A Abordagem do Instituto na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos do Instituto, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos do Instituto. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, o Instituto centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa.

16. Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2019 e 2018.

17. Imunidades e isenções previdenciárias e fiscais

A FFM é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) na área da saúde, com validade até 11 de junho de 2015, deferido pelo Ministério da Saúde em 25 de setembro de 2014 (Processo nº 25000.100838/2011-94-MS), através da Portaria no 946. Os pedidos para renovação foram tempestivamente apresentados ao Ministério da Saúde (Processos nº 25000.064173/2015-71 e nº 25000.074283/2018-94) e encontram-se em tramitação, sendo o certificado atual válido até que haja decisão sobre esses requerimentos (Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, artigo no 24).

Essa certificação, em conjunto com a natureza jurídica da instituição e observação dos requisitos legais pertinentes, assegura à FFM a isenção das contribuições devidas ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) sobre folha de pagamento e serviços de terceiros (cotas patronais), bem como imunidade ou isenção de diversos outros impostos e contribuições.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Os valores aproximados das principais imunidades e isenções previdenciárias e fiscais usufruídas no contrato de gestão do IRLM em 2019 e 2018, caso devidos fossem, podem ser assim estimados:

	2019	2018
Cota patronal INSS - Folha de pagamento (a)	5.468	5.394
Cota patronal INSS - Prestadores Serviço Pessoas Físicas (a)	7	12
	<u>5.475</u>	<u>5.406</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) (c)	160	-
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) (b)	96	-
Contribuição Financ. Seguridade Social (COFINS) (d)	27	35
Programa de Integração Social (PIS) (e)	6	8
	<u>5.764</u>	<u>5.449</u>

- a) Alíquotas de 27,8% sobre a folha de pagamento a funcionários e de 20% sobre pagamentos a prestadores de serviços pessoas físicas;
- b) Alíquota de 9% sobre o resultado ajustado do exercício;
- c) Simulação empregando o regime de "Lucro Real", com alíquota de 15% sobre o resultado ajustado de cada exercício;
- d) Considerando que a simulação da apuração do IRPJ ocorreu pelo regime de "Lucro Real", foi empregado regime de incidência "não cumulativo", com alíquota de 7,6% sobre o faturamento;
- e) Idem, com alíquota de 1,65% sobre o faturamento.

18. Seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

19. Outras informações

As declarações de isenção do Imposto de Renda, as quais o Instituto (através da FFM) está obrigado a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, bem como a prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

20. Eventos subsequentes

Conforme informado na Nota Explicativa nº 17, a FFM possuía em 31 de dezembro de 2019, pedidos de renovação do Certificado de Entidade de Assistência Social (CEBAS) em tramitação junto ao Ministério da Saúde. Em 20 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde publicou no Diário Oficial da União a Portaria nº 151, de 18 de fevereiro de 2020, deferindo a renovação do CEBAS requerida pela FFM para o período de 12 de junho de 2015 a 11 de junho de 2018 (processo nº 25000.064173/2015-71). Dessa forma, encontra-se agora em tramitação apenas o processo nº 25000.074283/2018-94, relativo ao período subsequente.